

Políticos resistem ao ajuste

■ Governadores e prefeitos se opõem à alta do FEF e à contribuição do servidor inativo

CÉSAR FELÍCIO*

BRASÍLIA - Os governadores e prefeitos poderão compor a principal frente de resistência contra o conjunto de medidas fiscais em estudo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que deverá ser enviado ao Congresso na próxima semana. É grande a resistência em todos os partidos governistas contra o aumento de 20% para 30% da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), um dos pontos do pacote que está sendo estudado.

Já começaram as pressões para que o governo faça a renegociação das dívidas com a União como forma de compensação. "É muito difícil retirar mais recursos dos estados e dos municípios sem que se ofereça uma contrapartida", afirmou o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). Segundo o deputado, "alguns estados já estão tendo dificuldades em honrar os compromissos assumidos com os acordos para rolagem da dívida no ano passado, e fica complicado votar uma medida que atinge a todos indistintamente", disse o deputado, duvidando da aprovação da medida. "Sou da base governista, mas não sou cego", afirmou.

FEF - O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) é formado com a retenção de 20% do valor total das transferências compulsórias de recursos da União para estados e municípios. Foi criado por emenda constitucional em 1993, com o nome de Fundo Social de Emergência. Na última vez que a sua vigência foi prorrogada no Congresso, a base governista teve que negociar duramente para impedir que o Fundo fosse extinto. "Acho difícil aumentar a alíquota do FEF. Um caminho para isso seria uma nova renego-

ciação das dívidas dos estados", confirmou o líder do governo na Câmara, Ronaldo Cézar Coelho (PSDB-RJ). O desagrado com a medida é compartilhado até por aliados de primeira hora do presidente. "Isto é uma coisa delicada, que não pode ser tratada isoladamente. Eu me reservo o direito de analisar o contexto", afirmou o governador eleito de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB).

Previdência - Além do aumento do FEF, a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos é outro ponto que terá sérios obstáculos para ser aprovado pelo Congresso. "Isto já foi rejeitado duas vezes pelos parlamentares e inclusive foi retirado da reforma da Previdência com um acordo fechado com a oposição", comentou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE). O aumento da cobrança previdenciária para os servidores ativos, por outro lado, não é visto como uma dificuldade. "Isto é factível", comentou Geddel.

Outro ponto tido como de fácil aprovação é a criação de um imposto sobre combustíveis, desde que não atinja o consumo de óleo diesel. "Só vai pegar quem tem automóvel e percorre longas distâncias", disse Ronaldo Cézar Coelho.

Tanto Inocêncio Oliveira quanto Geddel Vieira Lima colocaram como alternativa a uma renegociação de dívidas a antecipação do envio da reforma tributária. "Seria mais palatável aprovar o aumento do FEF se o governo se comprometesse a trabalhar pela aprovação do Fundo de Compensação para os Estados e Municípios, um dos pontos da reforma tributária", disse Inocêncio.